



» Entrevista | **FELIPE PROENÇO** | DIRETOR DE PROGRAMAS DA SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

“2023 foi um ano para recompôr o Mais Médicos”

Saldo do período fecha com mais de 34 mil inscrições de profissionais da medicina para integrar as equipes de atendimento

» ANA MARIA CAMPOS
» SIBELE NEGROMONTE
» ISABEL DOURADO*

Por causa do desmonte que o programa sofreu no governo de Jair Bolsonaro, o primeiro ano da Secretaria de Atenção Primária do Ministério da Saúde foi quase todo dedicado à reconstrução do Mais Médicos. E 2023 fechará com balanço positivo, pois houve nada menos que aproximadamente 34 mil inscrições de profissionais da medicina para as vagas que estão em aberto. Segundo relato de Felipe Proença, diretor de Programas da Secretaria de Atenção Primária, feito ontem ao CB.Saúde — uma parceria do Correio Braziliense com a TV Brasília —, era urgente a recomposição das equipes que atendem a população mais vulnerável, que careciam de médicos. E para 2024, ele assegura que será o ano da consolidação da recomposição que foi realizada nos últimos meses. Leia a seguir os principais trechos da entrevista.

O senhor é diretor de uma secretaria complexa, que lida com a saúde básica, e tem o grande desafio de levar bem-estar para a população nas áreas mais vulneráveis. Um dos grandes focos é o programa Mais Médicos. Quais são as perspectivas para 2024?

Tivemos um ano para recompor o Mais Médicos. Eram mais de 5 mil equipes de saúde da família que estavam sem profissionais. Tinha o enfermeiro, o agente comunitário de saúde, mas não tinha o profissional médico. O que percebemos é que houve uma descaracterização do programa. Ao longo do tempo, o programa — que leva os profissionais às áreas mais vulneráveis — foi diminuindo, deixando vagas

em aberto. Quando o presidente Lula anunciou a recomposição do Mais Médicos, nossa primeira preocupação foi chegar a essas 5 mil equipes sem o profissional. Ao recompormos o programa, colocamos novos incentivos à participação do médico. O ano de 2024 é um ano de consolidação, pois já iniciamos a especialização em medicina de família e comunidade. Conseguimos alocar os profissionais nos municípios e, agora, é garantir esse processo de formação que caracteriza o Mais Médicos.

Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro tomou posse, desconstruiu o programa. Não houve mais a intenção do governo cubano de enviar médicos para cá. Existe algum projeto para trazer profissionais de outros países?

O Mais Médicos foi planejado enquanto um provimento emergencial. A perspectiva de ter médicos formados no exterior dialoga com a lógica do provimento emergencial. Havia um plano, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff, de diminuir a participação de estrangeiros. Acabou tendo essa mudança em 2018, com a saída dos profissionais cubanos, e havia a expectativa do preenchimento dessas vagas por brasileiros. Mas não houve. Inclusive, boa parte dos municípios mais vulneráveis ficou sem esse profissional. Temos estudos, de universidades nacionais e internacionais, que demonstram que a mortalidade infantil aumentou em virtude disso.

Foram 34 mil inscrições (no Mais Médicos) este ano. Surpreendeu?

Foi recorde. Mas, ao mesmo tempo, o programa também

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



pensa em formação. Em 2013, foi estabelecida a meta de criar 11 mil vagas em cursos de medicina. Agora, os profissionais que se formaram nesses novos cursos do Mais Médicos estão procurando o programa para atuar nas equipes de saúde da família. Tem um certo grau de surpresa — mais de 34 mil inscritos —, mas sabíamos que esses cursos que foram criados em virtude do programa foram criados em cidades do interior com a preocupação de formação para a atenção primária — e é por isso que teve essa grande procura. Com essa procura, alcançamos os 28 mil profissionais que estão participando do programa.

Quais são os estados com mais municípios vulneráveis atendidos pelo Mais Médicos?

Teve uma ampliação de vagas na Região Norte. No primeiro semestre, recompusemos as 5 mil equipes que estavam sem profissional, mas criamos mais mil vagas na região da Amazônia Legal. No segundo semestre, abrimos a possibilidade para a adesão de novos municípios. Por isso são 744 novos municípios distribuídos em todo o país dentro da análise que a gente faz da vulnerabilidade social. É um programa no qual o quantitativo de vagas depende da vulnerabilidade do município.

O senhor trabalha com uma agenda ampla. Existe previsão

orçamentária dentro do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) para a saúde primária?

Uma das questões que foi muito debatida, no início do programa, é exatamente se esses profissionais iriam ter a estrutura para desenvolver suas atividades nas unidades básicas de saúde. Por isso, consta na lei do Mais Médicos, de 2013, a necessidade de investir em estrutura. No início do programa, houve um investimento importante, que chegou à casa de R\$ 5 bilhões. Esse investimento foi retirado nos últimos anos. Quando começamos 2023 na (secretaria de) atenção primária, o orçamento era de menos de 5% do que já houve para estrutura



Teve uma ampliação de vagas na Região Norte. No primeiro semestre, recompusemos as 5 mil equipes que estavam sem profissional, mas criamos mais mil vagas na região da Amazônia Legal. No segundo semestre, abrimos a possibilidade para a adesão de novos municípios*

equipamentos de unidades básicas de saúde. O novo PAC vem para recompor essa situação. Então, para a atenção primária à saúde, está colocado um investimento de R\$ 7 bilhões para construção de 3 mil unidades básicas e para a oferta de 260 unidades odontológicas móveis. Houve um recorde de solicitação de unidades de saúde. Mais de 3 mil municípios pediram mais de 5.600 unidades de saúde este ano. A gente está na fase de selecionar as propostas nos lugares mais vulneráveis para que, em 2024, dessas 3 mil unidades, possamos repassar o recurso para 1.800.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

VIOLÊNCIA

Jornalista e pré-candidato morto em SP

O jornalista Thiago Rodrigues, de 34 anos, foi morto a tiros na madrugada de ontem, em uma confraternização na cidade da Baixada Santista. Ele era pré-candidato a prefeito do Guarujá pelo Rede Sustentabilidade e o partido não afasta a hipótese de o crime ter sido cometido por motivação política.

Segundo a polícia, os disparos teriam sido efetuados por um homem de bicicleta, que foi até o local onde Thiago estava e chamou por ele na rua. Ao sair, o jornalista foi surpreendido com os tiros e morreu no local. O suspeito, que ainda não foi identificado, fugiu.

Thiago se lançou como pré-candidato a prefeito do Guarujá para as eleições municipais de 2024 há aproximadamente um mês. Com 10 mil seguidores no Facebook, ele atuava como jornalista independente na região, sob a alcunha de “Repórter do povo”. Era também empresário. O homicídio de Thiago ocorreu no bairro Paecara. Policiais militares foram acionados para atender uma ocorrência de disparos de arma de fogo e, ao chegarem no local, viram o corpo da vítima com ferimentos.

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP)

» Grupo que extorquia autoridades é preso

Quatro homens envolvidos com a facção Bonde do Maluco (BDM), coligada ao Primeiro Comando da Capital (PCC), foram presos ontem, em uma investigação sobre um esquema de extorsão na internet — um quinto suspeito está foragido. A investigação, conduzida pela Polícia Civil do Distrito Federal, descobriu que a quadrilha criava grupos no Telegram e, para atrair as vítimas, anunciava pacotes de conteúdo sexual. O passo seguinte era extorquir os usuários que acessaram as publicações. Os criminosos exigiam transferências sucessivas, via Pix, para não expor os usuários. Os valores chegavam a R\$ 20 mil e autoridades públicas foram alvo do golpe — as identidades e os cargos que ocupam estão sendo mantidos em sigilo.

afirmou que, próximo ao local, foram apreendidos estojos vazios de munição calibre 9mm, dois projéteis deflagrados, além do carro da vítima e dois celulares — todo esse material será periciado. O caso foi registrado na Delegacia de Guarujá, e encaminhado ao 2º Distrito Policial (Paecara) do município.

Cidades do litoral de São Paulo vêm liderando a lista de localidades mais violentas do estado, segundo indicador do Instituto Sou da Paz, que reúne registros de roubos, estupros e homicídios. Peruibe, Caraguatatuba, Mongaguá e Ubatuba estão entre os cinco municípios com os

maiores índices de crimes praticados com violência.

Guarujá ficou no 42º lugar, mas a violência por lá tem chamado atenção no período recente. No fim de julho, o soldado Patrick Bastos Reis, de 30 anos, foi morto a tiros durante patrulhamento. Um colega também foi baleado.

Logo depois, a Polícia Civil deflagrou a Operação Escudo, sob a justificativa de combater a criminalidade na região. A ação, que se estendeu por pouco mais de um mês, resultou em 28 mortes e foi alvo de críticas de moradores, que relataram possíveis abusos e episódios de retaliação policial.

As raspadinhas estão de volta

Lotex/Divulgação



O Ministério da Fazenda autorizou, ontem, por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU), a volta da comercialização do jogo de aposta Lotex — as “raspadinhas” —, nas loterias da Caixa Econômica Federal. Para apostar na chamada Loteria Instantânea Exclusiva, o consumidor precisa usar algum objeto — geralmente uma moeda — e esfregá-la contra a cartela para saber se ganhou algum prêmio. A portaria determina que a Lotex valerá por 24 meses, contados a partir da primeira emissão de bilhetes do produto. As “raspadinhas” serão vendidas pela Caixa e, depois, será feita uma licitação para que concessionários possam vendê-la. Desde 2016 sem ser

comercializada no Brasil, a Lotex terá versão digital — que poderá ser “raspada” com o mouse do computador, no site do serviço — e física. A promoção de jogos de loteria faz parte do projeto do governo federal de aumentar a arrecadação para o próximo ano e assegurar o déficit zero pretendido pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A estimativa da pasta é de que as “raspadinhas” têm potencial de injetar aproximadamente R\$ 5 bilhões no caixa do Tesouro. A Caixa comercializou a raspadinha entre 1960 e 2015, quando o modelo de apostas foi suspenso por determinação da Controladoria-Geral da União (CGU) — que contestou a legalidade da forma como vinha sendo feito.